



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639090 - DF (2021/0004580-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : CARLOS HENRIQUE MELO VIEIRA
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE MELO VIEIRA - DF042978
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : HEMERSON SISTINEY PACHECO SOARES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HEMERSON SISTINEY PACHECO SOARES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (s/n do processo na corte de origem).

O paciente foi preso em flagrante pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 155, § 4º, II, do Código Penal. Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que a pena mínima imputada ao delito, conforme consta no Código Penal, é de 2 anos, de modo que comporta o acordo de não persecução penal, suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei n. 9.099/1995) e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos (art. 44 do Código Penal), caso seja advindo um decreto condenatório. Afirmar, desse modo, que é desnecessária a custódia cautelar.

Alega, ainda, que a decisão que indeferiu a liminar na origem fundamentou-se apenas na garantia da ordem pública.

Requer, liminarmente, a concessão de medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus*

contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente